

Fernando Molica

Venezuela virou Porto Rico

As últimas declarações do governo norte-americano indicam que a palavra “invasão” deixou de ser a mais adequada para definir o que houve na Venezuela — o mais correto é falar em anexação.

O país, que era independente desde 1811, passou a ser uma colônia dos Estados Unidos, uma espécie de mega Porto Rico (a ilha é, oficialmente, um “estado livre associado”).

A capital da Venezuela jamais mereceu tanto ser associada à exclamação que, entre nós, brasileiros, há anos é usada para substituir uma palavra tida como de baixo calão: Caracas!

Não se pode chamar de independente um país que recebe, calado, a determinação de que a partir de agora sua única riqueza relevante, o petróleo, passará a ser controlada por uma outra nação, a mais poderosa de todas.

Não foi à toa que Donald Trump, sábado, disse que os EUA é que iriam controlar a Venezuela — ele é, de fato, o novo presidente do nosso vizinho.

Manda tanto que decidiu e anunciou: o dinheiro que os venezuelanos receberão da exploração do petróleo — que voltará a ser controlada por empresas norte-americanas — terá que ser gasto na compra de produtos fabricados nos Estados Unidos.

Trata-se da aplicação de um padrão colonialista já aplicado no Brasil por Portugal que, depois, terceirizou o privilégio para a Inglaterra.

Ao longo de décadas, o dinheiro fácil do petróleo fez da Venezuela uma espécie de dependente químico, o país importa boa parte ou quase tudo que consome. Um processo que foi radicalizado depois da ascensão do chavismo, que retribuiu a antipatia recebida da elite do país: uma casta de privilegiados que havia criado um país rico e de renda concentrada.

O ex-presidente Hugo Chávez foi também fruto da

histórica desigualdade social, que, embalada pelos então altos preços do petróleo, diminuiu em seus governos.

(Estive em Caracas, a trabalho, em 2019, quando a inflação chegou a, acredite, 9.500% — no ano passado, foi de 270%. Era fácil perceber o tamanho do problema. As prateleiras de supermercados estavam vazias, era proibido fotografá-las. Alimentados por uma gasolina que, na prática, era gratuita, carros sem peças de reposição se arrastavam pelas ruas; a tentativa de pagar uma refeição em moeda local se revelou patética, pela montanha de notas que fui obrigado a empilhar sobre a mesa. E havia a ditadura: na semana em que fiquei por lá, três jornalistas foram presos. Era evidente que o governo de Nicolás Maduro só se mantinha graças aos infinitos favores que concedia aos militares que, semana passada, demonstraram toda sua incompetência. Eles, que controlavam toda rede de abastecimento do país, foram incapazes de criar um mínimo de resistência aos invasores.)

As levas e levas de pessoas expulsas da Venezuela pela fome e falta de trabalho reforçavam a gravidade da situação na Venezuela. A intervenção norte-americana, porém, é daqueles remédios capazes de matar o paciente: no caso, de destruir o próprio conceito de existência de um país, sua soberania.

É até possível que, nos próximos meses e anos, haja alguma recuperação da economia venezuelana, que deverá ser incrementada por investimentos norte-americanos. Mas a história mostra que colonizadores não admitem progresso de suas colônias, as utilizam apenas para satisfazer seus próprios interesses.

Não é difícil imaginar que, mais uma vez, a investida vai apenas maquiagem os problemas para, depois, aumentá-los. Imperador do mundo, Trump reitera seu poder e seu domínio — e nenhum país está livre de ser a próxima vítima.

Tales Faria

Poderá o cárcere ressocializar o Bolsonarismo?

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) requereu ao ministro Alexandre de Moraes — com razão — a inclusão do ex-presidente no programa de remição de pena pela leitura. A remição de pena por estudo está prevista no artigo 126 da Lei de Execução Penal. O programa é regulamentado por uma justíssima resolução de 2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Partiu do princípio de que, mesmo encarcerado por algum crime cometido, o indivíduo também tem garantidos seus direitos fundamentais, tais como à vida, ao trabalho, à educação e de retornar ao convívio social após um processo de readaptação às normas da sociedade. Pelo programa, os presos podem escolher obras literárias do acervo da biblioteca da sua unidade prisional.

Têm um prazo para ler os livros e entregam um relatório de leitura que será avaliada por uma comissão. Cada obra lida e relatada garante a redução de quatro dias de pena. Pode-se apresentar resenhas de até 12 livros por ano, o que permite reduzir o tempo de prisão anualmente em até 48 dias.

Os bolsonaristas não acreditam que isso contribua para a ressocialização. O próprio ex-presidente, quando deputado, chegou a afirmar, numa conversa gravada com jornalistas, no Salão Verde da Câmara, que presídio “é lugar de o cara pagar seus pecados, e não para viver num spa em vida boa”.

Em entrevista ao programa CB Poder, ele declarou: “Se você não quer ir para a cadeia, porque lá é a antessala do inferno, é só não fazer besteira”.

Pois é, a sociedade concluiu que, ao liderar uma tentativa de golpe de estado para permanecer no poder, Bolsonaro fez besteira. Foi julgado, condenado e apenado.

Ninguém fica feliz numa situação dessas. Nem quem vive a prisão e nem quem está de fora a observar sem ódio no coração. Na democracia, aprendemos a ver ali um cidadão que também tem seus direitos e não merece ser torturado. Apesar de ainda haver grupos que não pensam assim.

Mais uma vez vale lembrar declarações infelizes do próprio Bolsonaro, que disse em uma entrevista de TV: “Você sabe que eu sou a favor da tortura.” Ele e seus liderados sempre criticaram políticas de direitos humanos para presos.

Mas, além da possibilidade de ressocialização, a prisão também pode significar um momento de reflexão. Bolsonaro e seus filhos já começam a falar em direitos humanos. Que ninguém, nem mesmo um preso, merece ser exposto ao perigo de vida ou ser submetido a situações extremas.

Carlos Bolsonaro, o filho Zero-Dois do ex-presidente, muitas vezes apontado como o mais duro do clã, a cada visita que faz ao pai — na prisão, ou no hospital — tem demonstrado que, afinal, possui algum nível de sensibilidade. Falou até em “direitos humanos” após uma dessas visitas: “Leis sumariamente ignoradas, inclusive quando comorbidades graves são expostas. Tudo isso sob o silêncio cúmplice das instituições que deveriam zelar pela Constituição, pelos direitos humanos.”

Revelou seu lado humano: “Meu pai está cada dia pior; percebo isso só de olhar em seus olhos, e fico com o peito cada vez mais apertado, se é que isso ainda é possível, ao ver no que isso está se transformando, a cada dia, para uma das pessoas que mais amo neste mundo.”

Vinicius Lummertz*

DONROE: O Corolário Trump, Monroe e a nova forma da velha América

Donald Trump é frequentemente enquadrado pela sua oposição com o vocabulário europeu do século XX, como se cada choque institucional ou frase agressiva fosse uma porta para o fascismo, originalmente uma ideologia de esquerda. O historiador Niall Ferguson sugere uma lente mais útil e mais incômoda: Trump não seria uma importação ideológica do Velho Mundo, mas um retorno a uma tradição americana anterior à globalização, quando Washington falava de poder com menos pudor, usava tarifas como instrumento estratégico e tratava o Hemisfério Ocidental como zona vital. É daí que nasce a ideia, hoje repetida em análises e bastidores, de uma “Donroe Doctrine”: Trump + Monroe.

A Doutrina Monroe, proclamada em 1823, não era um manifesto moral; era uma linha de demarcação de sua esfera de influência. As Américas seriam um espaço onde potências externas, ontem europeias, hoje também asiáticas, não deveriam projetar influência sem alto custo. O que muda com Trump não é o instinto, mas o estilo e a velocidade. Ele abandona a liturgia diplomática e troca a ambiguidade calculada e o moralismo por uma transparência agressiva, blunt and brazen, como quem proclama que não faz conversa fiada. A política externa ganha forma de rede social: frases curtas, inimigos nomeados, recados públicos. Só que, por trás do espetáculo, opera a lógica clássica do Estado americano: Pentágono, Tesouro, Justiça, sanções, inteligência, seguros, bancos, controle de tecnologia. Na nova combinação, a linguagem é nova; a engrenagem é antiga.

Niall Ferguson puxa o fio histórico para o fim do século XIX. William McKinley, símbolo do protecionismo, representa um tempo em que tarifas eram política industrial e arma de negociação. Para essa tradição, livre-comércio não é princípio inocente, mas sim ferramenta de contingência. Trump recupera esse repertório ao tratar tarifa como coerção: não apenas para “proteger empregos”, mas para forçar rearranjos geopolíticos. Em especial, a contenção da China e seu espetacular progresso. A mensagem é simples: acesso ao mercado americano não é um direito, é uma concessão.

Theodore Roosevelt completa o quadro com músculo. Seu corolário à Doutrina Monroe legitima a ideia de “polícia do hemisfério”: agir, intervir, pressionar para evitar que rivais finquem pé no entorno estratégico. O trumpismo retoma essa intuição em versão contemporânea: menos ocupação formal, mais estrangulamento por sanções, apreensões, bloqueios logísticos, perseguição financeira e demonstrações navais. Episódios recentes envolvendo petroleiros sob bandeiras sensíveis e o cerco a exportações de regimes hostis, ainda que disputados na narrativa pública, ilustram o método: impor custo e obrigar o adversário a explicar-se.

A ponte para o século XX vem com John F. Kennedy. Na crise dos mísseis de 1962, Kennedy combinou

a linha vermelha com a saída possível: quarentena naval, pressão máxima, mas sem cruzar o ponto de não retorno. A comparação serve porque o mundo volta a uma reacomodação de poder global que ainda não tem nome. A Pax Americana, aquela ordem do pós-guerra, em que o guarda-chuva de Washington sustentava regras, comércio e segurança, perdeu exclusividade. O planeta se reorganiza por regiões tensas: Indo-Pacífico com China, Japão e Taiwan; Europa instável; Oriente Médio inflamável. E, quando a Europa, o Oriente Médio e o Indo-Pacífico esquentam, o Caribe também frita.

É aqui que a “Donroe” ganha sentido operacional. Se Pequim disputa rotas e padrões tecnológicos no Pacífico, também precisa de energia e minerais; se compra petróleo barato e procura diversificar fornecedores, o hemisfério americano vira parte da equação. A Venezuela, com petróleo e proximidade física dos EUA, passa a ser lida em Washington não como peça regional, mas como questão de segurança nacional. Some-se a isso a presença histórica de equipamentos e doutrinas militares russas em Caracas e as acusações recorrentes, nem sempre comprovadas, mas assustadoras, sobre vínculos com redes iranianas e proxies como o Hezbollah. Quando a distância é “dois mil quilômetros da Flórida”, a tolerância estratégica tende a ser menor. E o próximo degrau lógico, na mentalidade de Guerra Fria, é Cuba: menos provável como teatro militar clássico, mais provável como aceleração do esgotamento, como parece ocorrer no Irã.

Outro vetor é o narcotráfico. O discurso americano sobre drogas não é apenas moralismo: virou tema de saúde pública, segurança interna e colapso social. Numa leitura mais dramática, às vezes exagerada, mas psicologicamente poderosa, a epidemia de opioides e o consumo destrutivo funcionariam como uma “guerra do ópio” às avessas: uma sociedade adoecida por dependência em massa, vulnerável à instabilidade e à perda de coesão. Para um presidente que faz política em modo blunt and brazen, esse é o tipo de causa que justifica medidas duras no entorno, com alto apoio doméstico.

A tentação brasileira é olhar tudo isso como barulho distante. É erro crasso. Se a ordem do pós-guerra acabou, o custo do improvisto aumenta. A “Donroe” é, antes de tudo, um aviso: o hemisfério voltou ao centro, só que agora com tarifas, sanções e mensagens públicas sem verniz. Entender Trump por Monroe, McKinley, Roosevelt e Kennedy não é concordar com Trump. É reconhecer que, quando o mundo retorna às esferas de influência, quem insiste em ler o presente com o mapa da Pax Americana acaba atropelado pela realidade e, pior, sem perceber quando o preço começa a ser cobrado.

***Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**